

**Área temática: 1. História Econômica e Demografia Histórica**

**O processo de urbanização no sul de Minas em transição**

Thiago Fontelas Rosado Gambi – Unifal/MG

Alexandre Macchione Saes – FEA/USP

Daniel do Val Consentino – Unifal/MG

Michel Deliberali Marson – Unifal/MG

**Resumo:** O presente artigo discute o processo de urbanização do Sul de Minas em sua transição para o capitalismo no final do século XIX e início do XX. Nessa época de mudanças externas e permanências internas, o Sul de Minas criou uma nova identidade frente às articulações contemporâneas do país com a economia internacional: uma identidade que passava pela formação do mundo urbano, mas por meio das condições próprias de sua economia local. O artigo trabalha com o conceito de grande capital urbano, aquele que cumpre com papel de dinamização da economia ao promover as condições de produção e circulação de mercadorias e de reprodução da força de trabalho necessárias ao funcionamento de uma economia capitalista. Assim, para o Sul de Minas, indicamos como analisá-lo para garantir a compreensão das formas de socialização capitalista das forças produtivas.

**Palavras-chave:** Sul de Minas, urbanização, transição para o século XX

## O processo de urbanização no sul de Minas em transição

### Introdução

As abordagens sobre o significado da constituição do mundo urbano moderno alcançam as mais diversas áreas das ciências sociais: o mundo urbano que proporciona o desenvolvimento do ser político, da vida cultural e religiosa cristalizadas entre as novas instituições urbanas e, ainda, as relações sociais que tendiam a se tornar mais complexas entre os mercados e as ruas com o crescimento das cidades. Por isso, as cidades, como objeto complexo, podem ser pensadas a partir de diversos pontos de vista.

Tomando o caso da sociologia urbana como exemplo, podemos distinguir duas visões que, de certo modo, se opõem: uma mais tradicional que pensa a cidade como objeto de consumo e material simbólico, como uma realidade já dada, e que, portanto, estuda o comportamento cultural e racional de seus habitantes. São os seres humanos nas cidades o objeto relevante na análise e, assim, o pesquisador dirige o seu olhar para espaços de sociabilização e estuda seus elementos.<sup>1</sup> Essa é uma visão válida, mas nela a preocupação fundamental não está no processo de formação das cidades em si, ou na de estruturação do espaço urbano a partir de relações econômicas e sociais.

O estudo das cidades, e mais especificamente das dinâmicas de urbanização, como processos econômicos e sociais, por outro lado, só se estabeleceria na literatura sobre o tema no final dos anos 1960. Nessa linha, a cidade é vista como resultado de um processo de produção que se movimenta por contradições. O espaço deixa de ser um dado para se tornar algo formado (espontaneamente) ou construído (intencionalmente) por relações sociais. Então, o pesquisador olha para o espaço e estuda os processos que o estruturaram considerando todo o conjunto de relações internas e externas que contribuíram para defini-lo como tal.<sup>2</sup> Enfatiza-se, neste caso, o processo de urbanização e, por conseguinte, as relações econômicas e sociais que produzirão a formação ou construção do espaço. As cidades e a dinâmica do mundo urbano são vistas como agentes transformadores das relações econômicas ao longo do tempo; como os personagens que permitem uma aceleração das atividades mercantis e, conseqüentemente, da sociedade moderna.

A partir de uma perspectiva histórica das transformações urbanas, este artigo procura entender as cidades como todos complexos que significam interações dinâmicas entre pessoas e espaços determinados; entre cultura e economia; entre transições e

---

<sup>1</sup> Cf.: Simmel (1987), Park (1987).

<sup>2</sup> Cf.: Topalov (1978), Harvey (1978).

estruturas. Em suma, cidades como unidades de concretização de um mundo urbano que permite a expansão das relações econômicas, mas que ao mesmo tempo, reproduz as relações sociais específicas de uma determinada sociedade.

É nessa perspectiva que se discute o processo de urbanização do Sul de Minas em sua transição para o capitalismo no final do século XIX e início do XX.<sup>3</sup> Não há dúvida de que esta é uma região construída também a partir dos rios e montanhas de sua geografia, do Rio Grande às encostas da Mantiqueira, mas especialmente por seus elementos econômicos, políticos e sociais de sua história, da emancipação da comarca do Rio das Mortes à sanha separatista de Campanha. Nessa época de mudanças externas e permanências internas, o Sul de Minas buscou criar uma nova identidade frente às articulações contemporâneas do país com a economia internacional. Era o momento de incorporar novas técnicas de produção, realinhar as funções na divisão internacional do trabalho e consolidar as relações capitalistas na periferia. Para a região isso significou caminhar para a urbanização e ampliar o espaço para atividades mercantis.

O artigo procura refazer este caminho, primeiro, com uma discussão histórico-conceitual, que relaciona o processo de urbanização à transição para o capitalismo em perspectiva mais ampla, e traz essa discussão para o Brasil ao abordar a formação peculiar de suas cidades. A seguir, trata da existência de um grande capital urbano como ator importante da transformação qualitativa da economia brasileira, de maneira geral, e do processo de urbanização, em particular. Discute, então, os elementos históricos que caracterizam a urbanização do sul de Minas sem perder de vista os contextos mais amplos em que a região está inserida e, finalmente, conclui com as questões que amarram a problemática da urbanização ao conceito de grande capital urbano, propondo rumos para pesquisas posteriores.

## **1. As cidades e a transição no Brasil**

A origem da cidade em si, muito anterior ao processo de transição do feudalismo para o capitalismo, constituía uma das primordiais formas de divisão do trabalho: aquela entre campo e cidade. Entretanto, no capitalismo esta característica da especialização de atividades seria ainda mais desenvolvida. A cidade moderna passa a ser o local em que a

---

<sup>3</sup> No Estado de Minas Gerais inteiro, apenas três regiões até a década de 1920 conseguiram cumprir essa transição: o Sul de Minas, na divisa com São Paulo e Rio de Janeiro; a Zona da Mata, também na divisa com o Rio de Janeiro; e mais fracamente o Campo das Vertentes, no centro do Estado. Eram as três regiões dinâmicas nesta perspectiva aqui considerada de transição, isto é, regiões com ferrovias, bancos, indústrias e que concentravam não somente o maior número de cidades como as maiores densidades populacionais do Estado. Assim, o sul de Minas em transição foi definido pelos aspectos representativos de uma sociedade que se integrava ao mercado capitalista. Cf. Saes, Cosentino e Gambi (2012).

divisão social do trabalho e a construção de *valores de uso complexos*<sup>4</sup> são peças intrínsecas à própria existência da vida urbana e à reprodução do capital acelerada pela concentração tanto da força de trabalho como dos meios de produção. Inicialmente fundadas por meio de sua vocação comercial, cidades de mercadores no alvorecer da Idade Moderna, passaram a expandir sua área de influência para além das rotas comerciais.<sup>5</sup> Foi somente mais tarde que, internalizando os processos manufatureiros e industriais, a longa transição para o capitalismo tomaria definitiva forma, com a internalização da realização da renda por meio do processo produtivo.<sup>6</sup>

A cidade era a maior manifestação da emergência do capitalismo. Se o mundo rural e a relação de subordinação entre camponês e senhor era a expressão da sociedade feudal, no mundo urbano, com a idéia de liberdade (apenas formal) presente dentro dele e a expansão das relações comerciais, estas relações sociais teriam o significado explícito do nascimento de uma nova sociedade.<sup>7</sup> A multiplicação das necessidades humanas, a ampliação do consumo e a dependência entre cidadãos em função da divisão social do trabalho, imputavam ao sistema econômico posição determinante na organização da vida urbana. O campo, orientado a fornecer as mercadorias para os habitantes da cidade, passou a se modernizar.<sup>8</sup> A busca pelo lucro, a orientação tomada pelos comerciantes, minavam as estruturas feudais prévias.

Assim, nos estudos sobre a economia política da cidade<sup>9</sup>, o significado do mundo urbano na transformação da economia é reforçado. Para Milton Santos (2009, p.113): “A circulação dos produtos, das mercadorias, dos homens e das ideias ganhou uma tal expressão, dentro do processo global de produção, que a urbanização passou a ser um dado fundamental na compreensão da economia”. Paul Singer (1978), por seu turno, lembra que a origem da cidade advém do desenvolvimento das forças produtivas; é preciso que exista produção de excedente para que o mundo urbano possa existir e se reproduzir. Mas a partir de sua formação, a cidade incorpora as forças de reprodução da

---

<sup>4</sup> De acordo com Topalov (1979), valores de uso complexos significam infra-estrutura e equipamentos coletivos de consumo, tais como saúde, educação, formação técnica, necessários à acumulação de capital.

<sup>5</sup> Cf. Pirenne (1968). Para o debate da transição do feudalismo ao capitalismo, a interpretação de Pirenne – e o predominate papel das cidades e do comércio como elemento da transição – seria recuperada por Paul Sweezy (1977). Para as críticas conferir Dobb (1980). Na síntese, John Merrington (1989) lembra que a cidade “capitalista” foi resultado do pecado original, da necessária acumulação de capital, assim como o posterior desenvolvimento da indústria britânica. Portanto, a cidade capitalista exige mais do que o capital mercantil pode oferecer. A produção de mercadorias e capitais baseado na circulação não era suficiente para gerar o capitalismo.

<sup>6</sup> Esse processo foi captado por uma diversidade de determinantes. No que diz respeito aos aspectos sociais, esse mundo urbano teria um significado de libertação do homem: liberdade jurídica plena, decisiva tanto na formação de uma base psicológica metropolitana e individualista como no desenvolvimento da intelectualidade (Simmel, 1967).

<sup>7</sup> A cidade como o local do mercado; da ruptura com a economia natural (Weber, 1967).

<sup>8</sup> A cidade moderna é aquela que passa a definir o funcionamento da produção do campo. Cf. Marx (1975), Smith (1996).

<sup>9</sup> Cf. Santos (2009) e Singer (1978).

economia capitalista, produzindo amplo progresso técnico e concentração de capitais. A contradição intrínseca ao processo se verifica com a crescente desigualdade regional.

Logo, a *urbe* moderna é o *locus* da socialização capitalista: cidade como lugar de consumo, da divisão social do trabalho, do meio de produção material e de ampliação da produtividade. Por isso mesmo, no mundo colonial português, as cidades responderiam a desígnios particulares em função da própria subordinação colonial, não respondendo adequadamente à construção de relações econômicas mais modernas. Foi somente em fins do século XIX, em suma, que as cidades brasileiras entrariam por um processo intenso de urbanização, tornando-se *locus* privilegiado da constituição do capitalismo periférico. Aos poucos, a urbanização permitiu dar andamento na ruptura com dois problemáticos impasses na formação do capitalismo brasileiro: de um lado, ao incorporar parcela da população rural, as cidades criavam pela primeira vez no país um mercado de trabalho livre nacional e, paralelamente, com a expansão do transporte ferroviário e a interligação regional brasileira, iniciava-se a constituição de um mercado interno no país.

O estudo econômico do fenômeno urbano, portanto, fortalece os elementos para compreender como o capitalismo nacional pôde se consolidar. Afinal, o transcorrer do século XIX já se revestiria de aspectos sintomáticos da constituição do capitalismo no Brasil: a promulgação da Lei de Terras em 1850 no que diz respeito a existência de uma regulamentação da propriedade privada no país; a abolição da escravidão na constituição de um mercado de trabalho livre; a Constituição de 1891, como organização do aparato jurídico burguês; e, ainda, o desenvolvimento dos fatores de produção, tanto em função dos setores de infra-estrutura – com a construção das estradas de ferro e a formação das companhias de energia elétrica – como com a expansão da produção fabril.<sup>10</sup> Mas ainda assim, os nexos sociais e econômicos da sociedade não permitiam a efetivação de uma reprodução social capitalista. Afinal, a gênese do capitalismo nas mais variadas regiões deve ser resultado das “realidades sociais, políticas, econômicas, culturais e naturais nas quais emergem” (Paula, 2002, p.24).

No Brasil, particularmente, o que faltava ainda no século XIX era a constituição de um mercado propriamente capitalista, que é qualitativamente distinto dos mercados prévios. Como destaca Ellen Wood (2001) para a transição ao capitalismo na Inglaterra, o mercado deve ser encarado não como oportunidade para agentes econômicos favorecidos por quaisquer razões extra-econômicas, mas como um mercado cuja função

---

<sup>10</sup> Cf.: Para mercado de terras, Lúcia Osório (2008); para mercado de trabalho, Jacob Gorender (1978); para aparato jurídico-político, Décio Saes (1990); e, para forças produtivas, João Manuel Cardoso de Mello (1982).

é ser imperativo e coercitivo aos agora agentes econômicos capitalistas. Assim, a riqueza capitalista deve ser encarada não como realizada pela força coercitiva, ou pela condição monopolista nas relações comerciais, mas pelo crescente aumento da produtividade do trabalho. O mercado concorrencial, tanto para regular as relações comerciais, como pelas relações no mercado de trabalho, é imperativo. Para Florestan Fernandes (2008), essa condição poderia ser encarada como a formação de uma “ordem social competitiva”.

O lucro comercial, portanto, ainda pré-capitalista e dominante no Brasil do século XIX, não conseguia transpor as barreiras para a construção dos elementos próprios da acumulação de capital.<sup>11</sup> Por isso mesmo, a abolição rompia com o violento regime de trabalho escravo, mas não garantia a transição do trabalho livre para todo o país: passava-se a incorporar tecnologia e fatores de produção tipicamente capitalistas, mas o mercado nacional ora não permitia a constituição de setores modernos pelo limite técnico e financeiro frente aos produtos estrangeiros, ora não garantia que os elementos coercitivos do mercado impulsionassem as transformações econômicas dos setores emergentes nacionais.

Essa será a maior colaboração do mundo urbano moderno ao desenvolvimento do capitalismo dentro do país. Mediante a impessoalidade, a complexidade das relações econômicas e a expansão de um mercado competitivo nos centros urbanos, o capitalismo pôde iniciar sua dinâmica intensa de reprodução econômica. Ao que parece, ainda mais importante do que na transição clássica do feudalismo ao capitalismo, as cidades tornaram-se os pontos difusores da formação do capitalismo periférico. Mais importante do que as relações de trabalho no campo após a abolição, é na cidade, e muito em função do aumento do número de imigrantes, que fundou-se, enfim, um mercado de trabalho assalariado. É das atividades de serviços, como ferrovias, bancos, empresas de serviços públicos, que as maiores oportunidades de trabalho surgem, ou mesmo, as maiores rendas econômicas da elite nacional passam a ser realizadas.

Além de produzir este amplo progresso técnico e da divisão social do trabalho, a expansão do mundo urbano na periferia gera também uma aceleração na contradição entre as relações regionais. Funcionando como imã de atração do capital e trabalho, acaba por gerar um processo cego da concentração espacial dos capitais. Mas a concentração do capital no espaço se dá em diferentes escalas e, por isso, Castells

---

<sup>11</sup> A formação das cidades brasileiras seguiu um percurso particular, todavia não menos decisivo do que aquele responsável pelas transformações na Europa (Lanna, 1995, p.21). O caráter colonial da economia brasileira havia reduzido, no limite, as funções das vilas e cidades a núcleos de exportação de produtos. Isso explicava a localização litorânea das principais cidades brasileiras até o século XIX, em que o porto era a região de onde irradiavam as estruturas urbanas. As funções das cidades eram poucas e dependentes do comércio de exportação (Costa, 1999); e a massa da população estava localizada no campo, junto aos latifúndios, enquanto os centros urbanos eram pequenos, pobres e sujos (Prado Jr., 1969, p.350).

(1983) enfatiza as relações externas ao considerar a urbanização em países periféricos. Para ele, os processos de urbanização em países dependentes são peculiares, posto que inseridos num contexto de dominação pelos países do centro do capitalismo, e expressam a dinâmica social resultante de relações capitalistas assimétricas. Processos como este não seriam expressão de “modernização”, mas a manifestação no espaço da acentuação das contradições sociais inerentes ao desenvolvimento determinado por uma dependência específica no interior do sistema capitalista mundial.<sup>12</sup>

## **2. O grande capital urbano e a urbanização brasileira**

A urbanização brasileira e o grande capital urbano, neste sentido, são os personagens dessa transformação qualitativa na economia brasileira. É nesta cidade, constituída em fins do século XIX, desenvolvida com os diversos planos de urbanização dos mais variados municípios do país no início do século XX, que o capitalismo no Brasil criou suas amarras para se constituir como sociedade brasileira. O mercado difunde-se como meio para transpor as relações capitalistas dos centros urbanos, tanto para as atividades rurais, como para o interior do país. Assim, a competição e o mercado como elemento coercitivo, que garantem a superação das relações tradicionais herdadas da colonização, emergem das novas instituições deste novo mundo urbano moderno brasileiro. Enfim, é na ruptura com a cidade tipicamente colonial que a economia periférica consegue alcançar aquilo que, nas palavras de Topalov (1978, p.20), podemos chamar de “socialização capitalista das forças produtivas”.

Num processo que se acelera ao longo do século XIX, a incorporação do setor comercial às estruturas nacionais possibilitou que as cidades passassem de simples portos exportadores à função de centros comerciais de relevante peso. O mercado interno cresceu, e conseqüentemente, o volume de importações e de relações comerciais. O crescimento das cidades foi reforçado com o início da construção das ferrovias nos anos 1850 e a mudança paulatina do mundo rural para as cidades. Emergia um novo grupo social formado pelos fazendeiros e pelos grandes comerciantes de importação e exportação que no meio urbano passariam a diversificar seus investimentos: nascia o *grande capital urbano*.

O grande capital urbano, deste modo, sendo originário das atividades mercantis, tendeu a estender e criar novas formas de empregar os ganhos em empreendimentos

---

<sup>12</sup> Castells se refere à dominação colonial, capitalista-comercial e imperialista industrial e financeira. As peculiaridades a que se refere são 1) população desenraizada, desempregada, exército de reserva de uma indústria inexistente; 2) concentração em grandes aglomerados sem integração numa rede urbana (há rede urbana no sul de Minas em transição?); 3) ausência de um continuum na hierarquia urbana; 4) distância social e cultural entre urbano e rural; 5) convivência da cidade autóctone com o que ele chama de cidade ocidental).

característicos do mundo capitalista: ferrovias, bancos, empresas de serviços urbanos, e ainda, as primeiras indústrias. É preciso salientar que com a abolição em 1888, os ativos urbanos valorizaram-se, libertando também capital para novos investimentos. Mesmo que subordinado e dependente das atividades mercantis, o grande capital urbano inclinou-se a se diferenciar das atividades agrícolas e controlar importantes redes de decisão política: era a decadência do tradicional coronel com poder local (Leal, 1975). Esse processo de diversificação do capital se disseminou por todo o país. Capitais e centros econômicos regionais como Salvador, Recife, Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo foram exemplos categóricos dessa expansão do capital mercantil para setores ligados ao mundo urbano.

Contudo não foram casos isolados. Cidades que se beneficiavam de avanços econômicos, como o caso do interior paulista, viram também transformações das formas de investimento dos grupos locais. Os municípios, com a Constituição de 1891, assumiam maior autonomia financeira sobre sua administração, garantindo uma expansão vigorosa das reformas urbanas. A partir de então: “competiria ao governo municipal decretar impostos para custeio dos seus serviços, organizar o orçamento de sua despesa e receita, e em geral promover e zelar, conforme mais conveniente entender, tudo o que se refere à sua vida econômica e administrativa” (Brasil, 1891, p.6). As freguesias e paróquias, domínios administrativos da Igreja dominantes no Brasil colonial e monárquico, abrem espaço para a ascensão definitiva dos distritos e municípios: uma cidade com preceitos jurídicos e políticos modernos, controlada por novos grupos sociais, e resultantes da separação entre Igreja e Estado.

Nas palavras de Emília Viotti da Costa (1999, p.256), “cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés”. E como continua a autora: “melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura”. Na longa lista de atividades sob jurisdição municipal, constavam: instrução primária, saúde pública terrestre, limpeza da cidade, remoção e destruição do lixo, arrasamento de morros, aterro de pântanos, canalização de rios e valas, iluminação pública, abastecimento de água, esgoto e construção de casas para habitação de operárias e classes pobres. E, enfim, as cidades possuíam maiores recursos financeiros e autonomia para recorrer aos empréstimos estrangeiros, como fez o Prefeito Pereira Passos para o Distrito Federal em 1906 ou Presidente de Estado Júlio Bueno Brandão para Minas Gerais em 1910.

Aproveitando a ampliação de recursos internos e abundância de capitais externos, as cidades na segunda metade do século XIX procuravam vias para fomentar a modernização. A tentativa de introduzir as novidades dos padrões de consumo e das melhorias da infra-estrutura urbana existentes na Europa tinha maior êxito conforme a riqueza das elites locais.<sup>13</sup> Mas o grau de urbanização, isto é, de melhoramentos urbanos e recursos materiais do município era dependente, por sua vez, do grau de conexão da economia local com o mercado mundial: o ciclo da borracha, por exemplo, permitiu uma rápida modernização de Belém e Manaus. O café, em especial no estado de São Paulo, condicionou a remodelação urbana paulista, como em Santos, Campinas, Ribeirão Preto e Araraquara entre tantos outros exemplos.<sup>14</sup> Imponentes prédios públicos eram erguidos, teatros luxuosos construídos, modernas linhas de bondes, primeiramente movidos por meio da tração animal, mais tarde por eletricidade, cortavam as ruas das cidades, que também começavam a receber iluminação pública. A energia elétrica facilitava a instalação de fábricas mais modernas. Em síntese, a modernização buscada pelas elites urbanas brasileiras tinha sua forma mais delineada nos contornos modernos das cidades: a intensidade dessa modernização urbana, entretanto, dependia dos avanços econômicos de cada região que alimentaria com recursos a importação dos padrões de consumo tidos como mais avançados.

Por isso é possível afirmar que a transição para o século XX foi o momento em que a urbanização tornou-se um projeto político da elite brasileira (Saes, 2010). Com os acordos financeiros entre Campos Sales e os credores estrangeiros em 1898, abria-se um projeto de modernização do país. Tais resultados foram vistos especialmente nas duas primeiras décadas do século XX, quando o cenário econômico austero auxiliaria os administradores municipais na realização dos projetos de modernização das cidades. Era a manifestação da vitória política do grande capital urbano como condutor da política econômica nacional. Assim tais reformas econômicas promovidas em fins do século XX, tanto o saneamento monetário como a renegociação das dívidas estrangeiras, facilitava a inserção brasileira no circuito dos investimentos dos países industrializados: beneficiando-se do cenário internacional de abundância de recursos e da valorização da

---

<sup>13</sup> Era uma cadeia de importação de padrões de consumo: a Belle Époque parisiense estimulava as elites latino-americanas, que reproduziam tais padrões para as elites nacionais, estas para as regionais e, finalmente, estas para as locais (Burns, 1979). A modernização tornou-se um projeto bastante amplo que atingia os países da América Latina concomitantemente quase que por completo. Entretanto o impacto desses efeitos foi desigual pelas cidades da região: capitais, cidades portuárias ou sedes de atividades econômicas eram aquelas que mais claramente apresentariam suas transformações urbanas. Rio de Janeiro, Montevidéu, Buenos Aires, Cidade do México e Santiago do Chile eram centros comerciais e políticos, incorporaram mais rapidamente as ondas de transformação (Romero, 2009).

<sup>14</sup> Sobre a modernização das cidades paulistas: sobre São Carlos (Devescovi, 1987), Santos (Lanna, 1995), sobre Batatais (Pereira, 1999), sobre Araraquara (Vargas, 2000), sobre Ribeirão Preto (Paziani, 2004) e sobre Santa Bárbara d'Oeste, entre outras cidades, (Almeida, 2005).

moeda nacional – culminando com o padrão-ouro em 1906 – barateava-se o custo dos projetos de urbanização.

O acelerado processo de urbanização em que o Brasil se engajou – como um projeto político de transformação econômica e social liderada pela emergente elite urbana – custaria profundas distorções na organização da sociedade brasileira. Se por um lado o acelerado processo de modernização auxiliou na incorporação de fatores de produção e, inclusive, na constituição de um mercado de trabalho no país, de outro lado, ao ser condicionado por elementos estranhos à realidade nacional, tais transformações tinham seu controle reduzido pelos grupos nacionais, assim como, não ocorrendo de maneira minimamente homogênea, ampliava as disparidades sociais e regionais.

### **3. Urbanização no sul de Minas: elementos históricos**

Nesse quadro de disparidades, a urbanização do sul de Minas se dá no contexto contraditório em que a economia brasileira ainda é majoritariamente agrícola e mercantil e, ao mesmo tempo, vê a construção do mundo urbano moderno de início do século XX atrelado ao avanço do capitalismo nos países centrais. Esse contexto contraditório é característico da transição, o rural atrasado como base econômica, ao mesmo tempo estimula e limita o avanço do urbano moderno, criador de uma “vida de cidade pequena” (Simmel, 1987, p.12) e de uma infra-estrutura básica para atender às necessidades do capital. As condições para sua reprodução chegam, via provisão de infra-estrutura, mas de modo limitado, respeitando os contornos impostos pela interação entre o rural e o urbano. Aquelas cidades ou partes de cidades que não outorgam ao capital as condições gerais de sua valorização simplesmente permanecem inexploradas (Topalov, 1979, p.32).

Já é possível notar nas cidades do Sul de Minas em transição a produção de valores de uso complexos e extrair delas uma “quantidade de consciência” diferente da que a vida rural extrai. Na virada do século XIX para o XX, muitas dessas cidades assistem à construção de praças, teatros e cinemas (Minas Gerais, 1909). Acompanham, em certa medida, o processo de modernização que vinha ocorrendo nas maiores cidades do país, cujo caso mais exemplar é o do Rio de Janeiro. As cidades da região, apesar de não apresentarem um padrão demográfico muito diferente de outras regiões neste período de transição, não geravam grandes efeitos úteis de aglomeração,<sup>15</sup> nem chegavam a constituir o conjunto frenético de impressões da metrópole, o turbilhão de fenômenos responsável por sua diversidade (Simmel, 1987). Suas maiores cidades, no Sul de Minas, como algo recorrente entre outras experiências, contavam entre 30 e 40

---

<sup>15</sup> Benefícios decorrentes da concentração espacial (Topalov, 1978).

mil habitantes nessa época<sup>16</sup> (Minas Gerais, 1909). Mantinham ainda o caráter simples da vida mental de pequena cidade,

que descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais. Estes últimos se enraízam nas camadas mais inconscientes do psiquismo e crescem sem grande dificuldade ao ritmo constante da aquisição ininterrupta de hábitos (Simmel, 1987, p.12).

Apesar dessa mentalidade hipotética de vida de pequena cidade, as condições para a expansão da produção capitalista vão se formando no sul de Minas: as cidades entre final do XIX e início do XX começam a se dotar da infra-estrutura que garantirá seu predomínio sobre o mundo rural.<sup>17</sup> Concretamente, não é possível dissociar o crescimento da população na região das transformações decorrentes da transição para o século XX. Com uma população de aproximadamente de 260 mil habitantes em 1872, o Sul de Minas em 1907 já apresentava quase 730 mil habitantes e, finalmente, mais de 1 milhão em 1920. Região que sustentava cerca de vinte por cento da população do Estado de Minas Gerais, teve “dois grandes ciclos econômicos” que incentivaram o crescimento urbano: uma primeira fase por conta dos circuitos de abastecimento da Corte, e uma segunda fase, por conta da expansão econômica cafeeira.

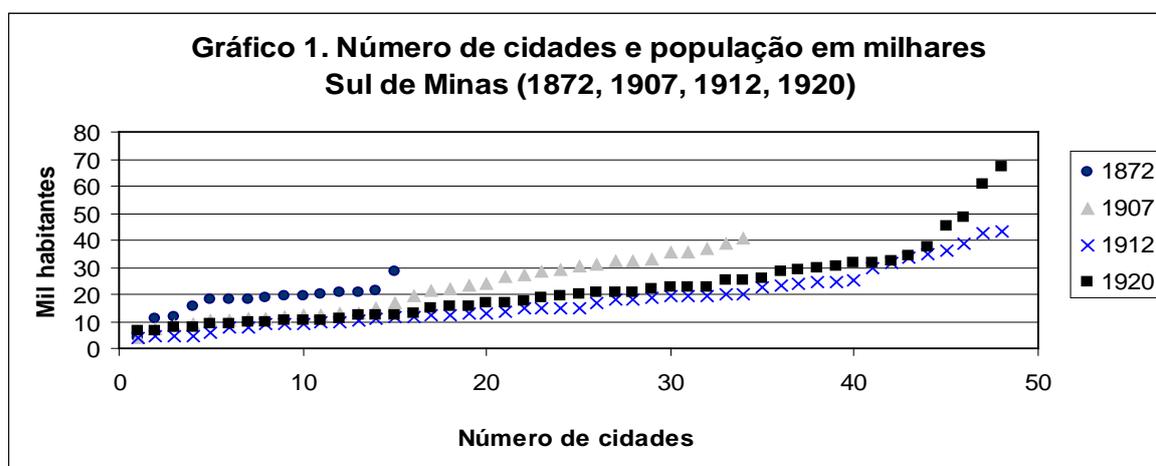
Assim, com a ampliação das atividades econômicas e da população, nasciam os novos municípios. Alfenas, Boa Esperança, Três Corações e Varginha, por exemplo, faziam parte desta segunda fase de emancipação de municípios, entre as décadas de 1860 e 1880, como resultado da introdução do café na região (Anexo 1). Com a disseminação da produção cafeeira entre os municípios do Sul de Minas, novo movimento de formação de municípios, ainda mais vigoroso, teria início nas duas primeiras décadas do século XX. O ano de 1911, por exemplo, seria o ano de formação de 12 novos municípios no Sul de Minas, resultado da emancipação de antigos distritos que cresciam e reivindicavam sua autonomia política. A região administrativa passava, então, de 36 para 48 municípios. Por meio desta tendência de formação de novos municípios, o Sul de Minas se destacava como uma região dinâmica na expansão das

---

<sup>16</sup> Se considerar a comparação com São Paulo, conforme o censo de 1912, o perfil populacional das cidades do estado, de maneira geral, era muito próximo ao paulista. Em Minas Gerais encontramos apenas uma cidade com mais de cem mil habitantes (em São Paulo eram duas); quatorze cidades entre cinquenta e cem mil habitantes (em São Paulo eram sete); e, setenta e sete cidades com população entre vinte e cinquenta mil habitantes (em São Paulo eram 52). IBGE. *Anuario estatístico do Brazil 1908-1912*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

<sup>17</sup> Embora haja predominância do urbano, a formação da cidade é resultado de um processo histórico e não de uma geração espontânea, o que mistura o rural com o urbano, pois há permanência dos comportamentos anteriores que, se não eram urbanos, eram rurais. Assumindo aqui que o rural vem primeiro e depois o urbano. Mas é preciso atentar para o processo contrário, o rural que sai do urbano. Cf. Jacobs (2009).

atividades urbanas em comparação ao restante do Estado de Minas Gerais. Em 1872, a concentração de municípios na região era de 22%, alcançando 27% na primeira década do novecentos.<sup>18</sup>



Fonte: IBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1908-1912*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

Como indicado acima, os dados coletados nos censos demográficos, entre 1872 e 1920, indicam esse aumento significativo do número de cidades no Sul de Minas, isto é, novas cidades se formam ou se desmembram de outras já existentes ao longo do período. Mas, ainda mais importante é considerar que, apesar da população aumentar em várias dessas cidades, o que indica um processo de expansão urbana em curso, foi mantido na região um padrão de formação de cidades medianas. Como é possível observar no gráfico abaixo, as cidades para todos os censos permanecem sem grande disparidade entre suas populações. Mas mais importante, ao que parece, mesmo com uma ligeira expansão populacional, estes municípios medianos não constituíam vidas efetivamente urbanas.

Segundo a classificação tomada por Yves Leloup, o Sul de Minas em 1920 não teria nenhuma cidade (como núcleo urbano) com mais de 20 mil habitantes. Para o autor, o núcleo urbano do município era a população total deste menos os cidadãos referentes aos distritos, e ainda, considerar apenas como centros urbanos, as sedes de cidades que apresentariam mais do que cinco mil habitantes. Em suma, apesar de 48 municípios, segundo o critério de Leloup, o Sul de Minas teria em 1920, apenas 5 cidades com população entre sete e doze mil habitantes, outras 4 entre cinco e sete mil habitantes e, finalmente, mais três entre quatro e cinco mil habitantes (Leloup, 1970). Diferentemente da Zona da Mata com Juiz de Fora, da área central a partir da década de

<sup>18</sup> IBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1908-1912*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

1920 com Belo Horizonte e de Teófilo Otoni para o Vale do Mucuri, a região do Sul de Minas seria marcada por uma profunda fragmentação de sua população em cidades pequenas e medianas, sem um centro irradiador das atividades econômicas.

Ainda que sem a criação de uma grande cidade irradiadora de dinamismo, o crescimento populacional e a concentração de municípios na região foram acompanhados por mudanças qualitativas na infra-estrutura urbana. Como vimos, a constituição de 1891, ao outorgar maior autonomia financeira aos municípios, fomentou a tendência de aumento nos investimentos em melhorias urbanas (Costa, 1999). Em Minas Gerais, particularmente, a lei nº 546, de 27 de setembro de 1910, garantia empréstimos do Estado para melhoramentos urbanos (Minas Gerais, 1914). Esse movimento regional em compasso com o movimento nacional atesta a existência de um projeto político mineiro que passava pela proposta de valorização do mundo urbano encabeçado pelo Estado, e que era seguido à risca pelas cidades do Sul de Minas.

Costa (1999) diz que, nesse contexto de preocupação governamental com o urbano, foi estimulada a construção de hotéis, jardins, teatros, cafés e destaca as melhorias nos sistemas de calçamento, iluminação, transportes e abastecimento de água. Essas seriam, portanto, características que indicariam certo processo de urbanização. É o que também diz Wirth para o caso de Minas Gerais (1982, p.93):

A predominância da cidade, especialmente da grande cidade, poderá ser encarada como uma conseqüência da concentração, em cidades, de instalações, e atividades industriais e comerciais, financeiras e administrativas, de linhas de transporte e comunicação e de equipamento cultural e recreativo como a imprensa, estações de rádio, teatros, bibliotecas, museus, salas de concerto, óperas, hospitais, instituições educacionais superiores, centros de pesquisa e publicação, organizações profissionais e instituições religiosas e beneficentes.

Se tomarmos as descrições do anuário histórico-corográfico de Minas Gerais de 1909 para as cidades do sul de estado podemos vislumbrar justamente esse processo. Vejamos o caso de Campanha, município com mais ou menos 20 mil habitantes em 1900. O anuário (1909, p.295-6; p.303) destaca o teatro, a biblioteca, os hotéis, o abastecimento de água, o serviço de correios e a ampla cadeia pública:

A cidade possui um hospital de caridade (...); uma praça de mercado, boa iluminação pública, o Colégio Sion, o Noviciado dos Padres Jesuítas, teatro, uma excelente biblioteca pública, 5.000 volumes (...), estação férrea da Cia Muzambinho, cemitério público, vários templos e prédios excelentes (...). Há na cidade regular suprimento de água para as necessidades da população, sendo proveniente de fontes públicas e particulares, cisternas, etc. A municipalidade possui um encanamento, obra de valor, e que hoje não se faria com poucas centenas de contos,

e que é destinado a trazer água aos pontos mais elevados da Campanha. (...) Foi criada a diocese de Campanha por decreto pontifício de 8 de setembro de 1907. (...) Publica-se na cidade a mais velha das folhas do Estado, o 'Monitor Sul Mineiro', com 35 anos de existência. (...) A sub-administração dos Correios da Campanha compreende todas as agências postais do sul e sudoeste do Estado de Minas. (...) O teatro São Cândido existente na cidade foi reconstruído em 1907. (...) A cadeia de Campanha é uma das melhores de Minas e tem capacidade para guardar 100 presos.

Itajubá, uma das cidades mais prósperas do Sul de Minas à época, com uma população de mais de 40 mil habitantes, já contava com a energia elétrica, que impulsionava o dinamismo do município. Diz o mesmo anuário (1909, pp.518-23) sobre a cidade:

A cidade de Itajubá (...) é iluminada à luz elétrica, instalada a 12 de janeiro de 1907, com grandes festejos populares, e por iniciativa da Câmara Municipal presidida pelo farmacêutico sr. José Manso Pereira Cabral. (...) Possui a cidade um Instituto de Educação secundária equiparado ao Ginásio Nacional. Itajubá tem três igrejas (...). Tem o lugar um cemitério que era pequeno, mas que vem sendo aumentado (...) Contava a cidade cerca de 450 casas, das quais 59, seguramente, feitas nos últimos 10 anos; tem um bom teatro com o nome de *Santa Cecília* (...), uma cadeia com acomodações para 20 presos, tendo no pavimento superior sala para as sessões do júri e da municipalidade; uma praça de mercado (...), pretendendo-se substituí-la por um edifício melhor (...), tinha banda de música boa (...) As ruas são bem calçadas (...) Nos subúrbios da cidade existem fontes de água boa, havendo em diversas casas cisternas. (...) Em 1884, fora fundada na cidade, a Biblioteca Machado de Assis (...) Havia então na cidade uma "Sociedade Dramática", a loja maçônica "Deus e Humanidade", 2 tipografias, colégios, fábricas e outros melhoramentos locais".

Pouso Alegre também contava com energia elétrica desde 1907 e tinha, segundo o anuário, o melhor teatro do sul de Minas, com capacidade para quase 1000 pessoas. Era sede da diocese, com uma catedral para cerca de 3000 pessoas, e, em 1904, havia sido inaugurado o Ginásio Nacional, com cursos superiores de medicina, direito, engenharia, seminário maior, farmácia e odontologia (Minas Gerais, 1909, pp.844-58). Interessante notar a referência às mudanças ocorridas na cidade após a proclamação da República:

Depois da República, foi grande a transformação material e moral operada em Pouso Alegre: a comarca subiu de entrância, criou-se a diocese católica, fundaram-se seminário, catedral, colégios e fábricas; apareceram jornais novos, foi instalada a iluminação elétrica, e estendeu-se por maior área a cidade (Minas Gerais, 1909, pp.845-6).

De maneira geral, é recorrente a presença de teatros, praças, igrejas, hospitais, colégios, ferrovias e bondes, hotéis, calçamento, iluminação pública e outras características citadinas nas descrições das cidades sul-mineiras apresentadas no documento. Apesar do caráter impressionista de muitas dessas descrições, elas são ilustrativas do processo de urbanização que estava em curso na região combinado com o avanço da indústria, das ferrovias e dos bancos (Saes, Cosentino, Gambi, 2012).

Mas afinal, qual é o impacto da formação de suposto novo mundo urbano na construção das relações capitalistas no Sul de Minas? As mudanças quantitativas e qualitativas apontadas acima indicam o fortalecimento do mundo urbano, das atividades comerciais citadinas, e da necessidade de construção de aparatos políticos que sustentassem os municípios. Portanto, a urbanização de transição para o século XX possui um significado ainda mais particular do que aquele presente nos sinais de modernidade existentes nas origens de Minas Gerais, de sua “vocação urbana” (Paula, 2007, p.42). Apesar de a Província durante os séculos XVIII e XIX ser “a região mais urbanizada e populosa do Brasil”, com níveis de urbaniza o e dinâmica demográfica que poderia ser ressaltada em compara o com o padrão urbano do conjunto do Novo Mundo e da Europa (Paula, 2007, p.39), isto não garantia a supera o das amarras escravistas e coloniais na constru o de um mercado interno pleno.

Essas condi es emergiam na constru o do mundo urbano moderno de início do século XX, permeado pela crescente monetariza o das atividades econômicas, pela incorpora o das técnicas e padrões de consumo modernos, resultantes da Segunda Revolu o Industrial. O crescimento do número de cidades e de suas popula es, a forma o da malha ferroviária e a forma o de bancos e indústrias indicam que a região seguia os rumos da integra o da economia brasileira com o mercado externo, internalizando as rela es capitalistas para seu território.

Mas o que permite considerar o Sul de Minas com essa dinâmica própria, e por isso, pensar em sua regionaliza o e urbaniza o,   uma certa homogeneidade no perfil das cidades e a intensidade das transforma es econômicas do período. A região, não há d vidas, integrou-se no mercado capitalista nacional, mas diferentemente da Zona da Mata e Central, não conseguiu criar uma plena hierarquiza o de suas cidades. Permaneceu com um perfil citadino muito próximo: pequenas e medianas cidades, mercados consumidores restritos e, conseqüentemente, atividades econômicas de caráter local. Por isso um grande número de indústrias, mas pequenas. Por isso um grande número de bancos, mas também pequenos. Assim, as rela es econômicas capitalistas avançavam, mas vagarosamente (e com uma intensidade limitada).

## **Considerações finais: entre o grande capital urbano e o Estado**

Os processos de urbanização das cidades brasileiras na passagem para o século XX assumem características distintas. As capitais, maiores cidades do país, impulsionadas pelas possibilidades de investimento que se abriam com a abolição da escravidão, experimentaram concretamente o transbordamento do capital mercantil para atividades relacionadas ao mundo urbano. O Brasil, nessa época, vivia sua *belle époque*. O grande capital urbano cumpria o seu papel na dinamização da economia nacional ao promover as condições de produção e circulação de mercadorias e de reprodução da força de trabalho necessárias ao funcionamento de uma economia capitalista. Em outras palavras, é ele quem garantirá a necessária socialização capitalista das forças produtivas.

No interior, as cidades que se beneficiavam dos avanços econômicos do país também se transformavam, ainda que de modo limitado. Cidades do interior mineiro e paulista viram a chegada da modernização por meio do investimento na construção de teatros, cafés, hotéis, praças e calçamento de ruas, e no fornecimento de iluminação, água e transportes. Mas será que, no interior, havia espaço para um grande capital urbano? As cidades do interior, e especificamente do Sul de Minas, ofereceriam rentabilidade suficiente para incentivar o investimento desse capital nos melhoramentos urbanos?

Na literatura sobre a industrialização e urbanização de São Paulo foi formulado o conceito do grande capital cafeeiro, aquele formado na origem pelos grandes fazendeiros que diversificavam seus investimentos em ferrovias, bancos e empresas de serviços públicos. Neste trabalho estendemos o conceito acreditando que diferentes elites regionais, oriundas de diferentes negócios, seguiram os mesmos percursos de investimentos dos fazendeiros paulistas, formando o grande capital urbano (Silva, 1976; Saes, 1986 e Kugelmas, 1986).

É na mistura do urbano com o rural que as cidades do sul de Minas vão promovendo sua transição para o capitalismo. A partir das idéias de transição e urbanização, podemos pensar em cidades formadas espontaneamente por processos históricos ou em cidades, embora inicialmente formadas de modo espontâneo, construídas tendo em vista as necessidades do capital. A criação da infra-estrutura urbana é um fato no sul de Minas na passagem do século XIX para o XX. Mas será que podemos distinguir aqui a atuação do grande capital urbano? A urbanização do sul de Minas em transição pode ser pensada como um transbordamento do café? Qual a relação dela com o capital cafeeiro ou com o grande capital urbano?

Além disso, uma das contradições da urbanização capitalista é de que o capital não produz certos valores de uso complexos necessários à acumulação. Assim, abre-se também um espaço para os investimentos do setor público no provimento da infraestrutura urbana. A constituição de 1891 e a lei estadual de 1910 incentivavam os municípios a fazerem tais investimentos. Qual a participação e a intenção do Estado na construção dos melhoramentos urbanos? Em síntese, como se deu o financiamento da urbanização sul-mineira?

O financiamento privado da infra-estrutura urbana só será feito onde houver atividades econômicas que irão utilizar essa infra-estrutura, quer dizer, onde houver rentabilidade suficiente para o capital. Como vimos, as cidades do Sul de Minas receberam melhoramentos urbanos. Se o grande capital urbano os financiou, é porque essas cidades podem ser vistas como espaços geradores de rentabilidade para o capital. No entanto, o seu tamanho e seu desenvolvimento posterior nos levam a considerar limitada a acumulação de capital gerada nessas cidades. Por isso, o investimento público deve ter tido papel importante nesse processo. O Sul de Minas não era, de modo algum, uma região inexplorada pelo capital, pois lhe oferecia condições para sua valorização. Mas era, sem dúvida, uma exploração limitada, suficiente para fazer avançar as relações capitalistas até certo ponto. A pesquisa sobre o padrão de financiamento da urbanização sul-mineira pode ajudar na explicação da dinâmica econômica regional posterior e a entender um processo que talvez tenha ficado a meio passo, entre o grande capital urbano e o Estado, entre a modernidade e o atraso relativo.

### **Fontes**

Brasil. Ministério do Interior. *Relatório apresentado por Dr. João Barbalho Uchoa Cavalcanti*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1891.

Minas Gerais. *Anuario Historico-Chorographico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1909.

Minas Gerais. *Minas segundo o recenseamento de 1920*. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura, 1924.

Minas Gerais. *Relatório de Presidente de Estado*. Julio Bueno Brandão. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.

### **Referências bibliográficas**

Almeida, Osana de. “José Gabriel: uma ponte entre o ‘arcaico’ e o ‘moderno’ na modernização urbana de Santa Bárbara d’Oeste (1892-1918)”. *Territórios e Fronteiras*. V.6, N.2. Cuiabá: UFMT, 2005.

Burns, E. Bradford. “Cultures in conflicts: the implication of modernization in Nineteenth-Century Latin America”. Bernhard, Virginia. *Elites, masses and modernization in Latin America, 1850-1930*. Texas: University of Texas Press, 1979.

- Cardoso, Fernando Henrique. “A cidade e a política: do compromisso ao inconformismo”. *Autoritarismo ou democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- Castells, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- Costa, Emília Viotti da. “Urbanização no Brasil no século XIX”. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- Décio, Saes. *A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- Devescovi, Regina. *Urbanização e acumulação. Um estudo sobre a cidade de São Carlos*. São Carlos: Ufscar, 1987
- Dobb, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- Florestan, Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2008.
- Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravista*. São Paulo: Ática, 1974.
- Gorender, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- Harvey, David. The Urban Process Under Capitalism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 2, n. 1-4, pp. 101–131, Mar-Dez, 1978.
- Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- Jacobs, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- Kugelmas, Eduardo. *A difícil hegemonia*. São Paulo: tese de doutorado – USP, 1986.
- Lanna, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- Marx, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- Mello, João Manuel. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Merrington, John. “A cidade e o campo na transição para o capitalismo”. Sweezy, Paul et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- Morse, Richard. *Rethinking the Latin American City*. Washington: Woodrow Wilson Center, 1992.
- Mumford, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Park, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho, Octávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- Paula, João Antônio de. “Urbanização e modernização em Minas Gerais”. *Relatório de pesquisa Urbanização e Formação do Mercado Interno em Minas Gerais 1831-1930*. Belo Horizonte: FAPEMIG/UFMG, 2007.
- Paula, João Antônio de. O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. *História Econômica e História de Empresas*, v. 5, n. 1, pp. 7-39, 2002.
- Paziani, Rodrigo. *Construindo a ‘Petit Paris’: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*. Franca: tese de doutorado – Unesp, 2004.
- Pereira, Robson Mendonça. *O municipalismo em Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana no interior paulista na República Velha*. Franca: dissertação de mestrado – Unesp, 1999.

Pirenne, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

Pires, Júlio & Costa, Iraci. “O capital escravista-mercantil”. *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: Educ, 2010.

Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

Romero, José Luis. *América Latina. As cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

Saes, Alexandre. *Conflitos do capital*. Bauru: Edusc, 2010.

Saes, Alexandre; Cosentino, Daniel do Val; Gambi, Thiago. Sul de Minas em transição: opção por uma regionalização como ponto de partida. In: Saes, Alexandre; Lobato, Marcos (Orgs). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século XX*. Bauru: Edusc, 2012.

Saes, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.

Santos, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Edusp, 2009.

Silva, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Unicamp, 2008.

Silva, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

Simmel, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: Velho, Octávio (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Singer, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 1978.

Smith, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Sweezy, Paul et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Topalov, Christian. *La urbanizacion capitalista*. Cidade do México: Editorial Edicol, 1978.

Vargas, Claudia Regina. *As várias faces da cidade: Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916)*. Franca: dissertação de mestrado – Unesp, 2000.

Weber, Max. “Conceito e categorias da cidade”. Guilherme Velho, Octávio (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, 1967.

Wirth, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Wood, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

## ANEXO 1

### População total, imigrantes, área cultivada total e de café e pés de café em 1920

(Fonte: Minas segundo o recenseamento de 1920. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura, 1924)

	Total da área cultivada (ha)	Área cultivada de café (ha)	Pés de café	Imigrantes	População total
Aiuruoca	4.193	119	89.605	254	31.963
Alfenas	5.258	1.723	1.292.200	502	28.434
Arceburgo	5.724	4.672	3.504.366	808	6.645
Areado	2.862	1.396	1.047.150	247	10.261
Baependi	2.877	650	487.800	144	20.680
Boa Esperança	5.962	1.375	1.031.250	136	22.348
Cabo Verde	6.387	3.560	2.669.983	258	19.425
Caldas	6.840	539	404.551	287	28.951
Cambuí	8.341	768	576.332	82	25.252
Cambuquira	1.343	99	74.300	169	7.744
Campanha	3.378	1.698	1.273.200	208	12.367
Campestre	5.330	2.742	2.056.600	137	15.254
Campos Gerais	5.892	1.262	946.200	168	21.810
Carmo do Rio Claro	4.661	1.283	962.283	248	17.729
Cássia	3.590	1.725	1.293.966	486	31.596
Caxambu	545	33	24.400	371	12.079
Conceição do Rio Verde	1.414	354	265.800	121	6.258
Cristina	4.639	52	39.216	157	18.445
Elói Mendes	8.276	5.522	4.343.866	198	13.138
Extrema	8.847	1.398	1.045.478	290	8.919
Guaranésia	12.724	10.024	7.310.800	1991	25.135
Guaxupé	10.846	7.020	5.309.833	1649	16.701
Itajubá	12.754	1.490	1.117.800	588	45.259
Jacuí	2.078	745	658.400	96	10.341
Jaguary	21.524	639	479.200	146	27.584
Jacutinga	14.603	11.084	8.313.250	2230	20.615
Lambari	1.876	36	27.199	222	9.025
Machado	14.569	10.127	7.595.133	658	29.357
Maria da Fé	1.724	3	2.599	169	7.770
Monte Santo	27.241	21.670	16.252.866	1806	30.570
Muzambinho	12.043	5.384	4.037.733	857	33.985
Ouro fino	22.513	8.930	6.697.570	2274	48.467
Paraguaçu	3.860	3.397	2.547.799	134	10.546
Paraisópolis	31.113	3.314	2.485.399	155	60.817
Passa Quatro	774	8	6.175	195	9.648
Passos	4.118	1.480	1.109.900	547	31.815
Poços de Caldas	1.572	1.022	766.700	2017	14.587
Pouso Alegre	29.347	1.685	1.263.800	605	67.401
Pouso Alto	3.283	137	102.600	302	22.770
Sta Rita do Sapucaí	11.165	4.438	3.328.199	333	16.595
S. G. do Sapucaí	5.561	1.298	973.171	226	25.865
S. Jose dos Botelhos	4.345	2.245	1.683.800	221	10.793
S. S. do Paraíso	23.046	19.653	14.739.633	1854	37.537
Silvianópolis	10.152	756	567.199	65	20.764
Três Corações	1.826	518	388.700	336	12.262
Três Pontas	5.689	4.125	3.094.116	507	19.979
Varginha	7.684	5.859	4.394.600	1030	22.457
Virgínia	4.789	9	7.000	29	9.791
Total	399.178	158.066	118.689.720	26513	1.057.734